



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Março/2017

Concurso Público para provimento de cargos **Analista Judiciário - Área Administrativa** **Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conquistas começam com a decisão de tentar o primeiro passo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

Conhec. Gerais / Conhec. Específicos / Estudo de Caso
Cargo ou opção D04 - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADM - ESP CONTABILIDADE
Tipo gabarito 1

001 - E	011 - B	021 - A	031 - D	041 - B	051 - B
002 - B	012 - B	022 - D	032 - E	042 - A	052 - D
003 - D	013 - E	023 - B	033 - B	043 - A	053 - C
004 - D	014 - B	024 - A	034 - D	044 - E	054 - D
005 - A	015 - C	025 - E	035 - C	045 - A	055 - A
006 - C	016 - E	026 - B	036 - E	046 - D	056 - B
007 - A	017 - A	027 - E	037 - C	047 - D	057 - E
008 - C	018 - D	028 - E	038 - A	048 - A	058 - A
009 - E	019 - C	029 - B	039 - A	049 - E	059 - B
010 - A	020 - E	030 - A	040 - D	050 - C	060 - C

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Houve um tempo em que eu comia um monte de coisas e não precisava contar nada para ninguém. Na civilização contemporânea, on-line, conectada o tempo todo, se não for registrado e postado, não aconteceu. Comeu, juntou, bebeu? Então, prove. Não está na rede? Então, não vale.

Não estou aqui desafiando lamúrias de dinossauro tecnológico. Pelo contrário: interajo com muita gente e publico ativamente fotos de minhas fornadas. A vida, hoje, é digital. Contudo, presumo que algumas coisas não precisam deixar de pertencer à esfera privada. Sendo tudo tão novo nessa área, ainda engatinhamos a respeito de uma etiqueta que equilibre a convivência entre câmeras, pratos, extroversão, intimidade.

Em meados da década passada, quando a cozinha espanhola de vanguarda ainda povoava os debates e as fantasias de muitos gourmets, fotografar pratos envolvia um dilema: devorar ou clicar? A criação saía da cozinha, muitas vezes verticalizada, comumente finalizada com esferas delicadas, espumas fugazes... O que fazer, capturá-la em seu melhor instante cenográfico, considerando luzes e sombras, e comê-la depois, já desfigurada, derretida, escorrida? Ou prová-la imediatamente, abrindo mão da imagem? Nunca tive dúvidas desse tipo (o que talvez faça de mim um bom comensal, mas um mau divulgador).

Fotos e quitutes tornaram-se indissociáveis, e acho que já estamos nos acostumando. Mas será que precisa acontecer durante todo o repasto? Não dá para fazer só na chegada do prato e depois comer sossegado, à maneira analógica? Provavelmente não: há o tratamento da imagem, a publicação, os comentários, as discussões, a contabilidade das curtidas. Reconheço que, talvez antiquadamente, ainda sinto desconforto em ver casais e famílias à mesa, nos salões, cada qual com seu smartphone, sem diálogos presenciais ou interações reais. A pizza esfria e perde o viço; mas a foto chega tinindo aos amigos de rede.

(Adaptado de: CAMARGO, Luiz Américo. **Comeu e não postou? Então, não valeu.** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/09/opinion/1483977251_216185.html)

1. Depreende-se corretamente do texto que

- (A) as pessoas, hoje, preferem partilhar com os amigos os momentos que consideram mais importantes em seu cotidiano, o que justifica as fotos de refeições realizadas em família, já que o convívio familiar continua sendo valorizado, apesar da expansão do meio virtual.
- (B) o autor vê com desaprovação a postagem de fotos de pratos em redes sociais, motivo pelo qual prefere acessar a internet para a interação com pessoas com as quais partilha desse mesmo sentimento, já que tem consciência de que não será ouvido pela maior parte das pessoas.
- (C) a experiência com a cozinha espanhola de vanguarda legou ao autor um olhar crítico para a apresentação estética dos pratos, o que fez com que ele aprendesse a conter sua ansiedade em degustá-los para antes fotografá-los em seu esplendor.
- (D) o hábito de fotografar os pratos, característico da sociedade contemporânea, deveria ser abandonado, na opinião do autor, na medida em que a falta de uma distinção clara entre vida pessoal e profissional tem prejudicado a rotina de amantes da gastronomia.
- (E) o autor, embora não desaprove integralmente o uso das redes sociais para a postagem de fotos das refeições, considera necessário que se imponha um limite para isso, a fim de se preservar não apenas a apreciação do prato como também a interação presencial.

2. Percebe-se uma relação de causa e efeito, nessa ordem, entre as orações na seguinte passagem do texto:

- (A) *Na civilização contemporânea, on-line, conectada o tempo todo, se não for registrado e postado, não aconteceu.* (1º parágrafo)
- (B) *Sendo tudo tão novo nessa área, ainda engatinhamos a respeito de uma etiqueta que equilibre a convivência entre câmeras, pratos, extroversão, intimidade.* (2º parágrafo)
- (C) *Houve um tempo em que eu comia um monte de coisas e não precisava contar nada para ninguém.* (1º parágrafo)
- (D) *Reconheço que, talvez antiquadamente, ainda sinto desconforto em ver casais e famílias à mesa, nos salões, cada qual com seu smartphone, sem diálogos presenciais ou interações reais.* (4º parágrafo)
- (E) *Contudo, presumo que algumas coisas não precisam deixar de pertencer à esfera privada.* (2º parágrafo)

3. A construção que pode ser reescrita com o verbo na voz passiva é:

- (A) *... a foto chega tinindo aos amigos...* (4º parágrafo)
- (B) *A criação saía da cozinha...* (3º parágrafo)
- (C) *... interajo com muita gente...* (2º parágrafo)
- (D) *... publico ativamente fotos de minhas fornadas...* (2º parágrafo)
- (E) *Não está na rede?* (1º parágrafo)



4. Está reescrito conforme a norma-padrão da língua e com o sentido preservado em linhas gerais o seguinte trecho do texto:
- (A) *Contudo, presumo que...* (2º parágrafo) / Porquanto, afirmo por conjectura que...
 - (B) *... acho que já estamos nos acostumando.* (4º parágrafo) / ... tenho a impressão que já tomamo-nos resignados.
 - (C) *... não precisava contar nada para ninguém.* (1º parágrafo) / ... não era impelido de me reportar à quem quer que fosse.
 - (D) *... ainda sinto desconforto em ver...* (4º parágrafo) / ... continuo a sentir-me incomodado ao testemunhar...
 - (E) *... fotografar pratos envolvia um dilema...* (3º parágrafo) / ... fotografar pratos abrangia-se de uma controvérsia...
-
5. Quanto à concordância padrão, está escrita corretamente a frase:
- (A) O homem sempre buscou capturar o instante em imagens, e isso nunca foi tão fácil quanto hoje, quando o ato de registrar se tornou mais importante que o próprio registro.
 - (B) Atualmente, constata-se muitas maneiras de compartilhar informação, mas nenhum meio de comunicação vem se mostrando tão poderoso quanto as redes sociais.
 - (C) Em meados da década passada, fotografar alimentos envolviam uma série de questionamentos que parecem não fazer mais sentido na sociedade dos dias de hoje.
 - (D) Em 2016, uma pesquisa com usuários da internet concluiu que algumas pessoas que postam excessivamente nas redes sociais o faz por necessidade de aprovação.
 - (E) Decidir entre devorar ou clicar têm perturbado aqueles que oscilam entre desfrutar o momento da refeição e partilhá-lo, ainda que a distância, com amigos e familiares.
-

Atenção: As questões de números 6 a 9 referem-se ao texto abaixo.

Muito antes de nos ensinarem e de aprendermos as regras de bom comportamento socialmente construídas e promovidas, e de sermos exortados a seguir certos padrões e nos abster de seguir outros, já estamos numa situação de escolha moral. Somos, por assim dizer, inevitavelmente – existencialmente –, seres morais: somos confrontados com o desafio do outro, o desafio da responsabilidade pelo outro, uma condição do ser-para.

Afirmar que a condição humana é moral antes de significar ou poder significar qualquer outra coisa representa que, muito antes de alguma autoridade nos dizer o que é “bem” e “mal” (e por vezes o que não é uma coisa nem outra), deparamo-nos com a escolha entre “bem” e “mal”. E a enfrentamos desde o primeiro momento do encontro com o outro. Isso, por sua vez, significa que, quer escolhamos quer não, enfrentamos nossas situações como problemas morais, e nossas opções de vida como dilemas morais.

Esse fato primordial de nosso ser no mundo, em primeiro lugar, como uma condição de escolha moral não promete uma vida alegre e despreocupada. Pelo contrário, torna nossa condição bastante desagradável. Enfrentar a escolha entre bem e mal significa encontrar-se em situação de ambivalência. Esta poderia ser uma preocupação relativamente menor, estivesse a ambiguidade de escolha limitada à preferência direta por bem ou mal, cada um definido de forma clara e inequívoca; limitada em particular à escolha entre atuar baseado na responsabilidade pelo outro ou desistir dessa ação – de novo com uma ideia bastante clara do que envolve “atuar baseado na responsabilidade”.

(Adaptado de: BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro, Zahar, 2011, p. 11-12)

6. Uma afirmação em consonância com as ideias defendidas no texto está em:
- (A) Embora os resultados de uma escolha moral estejam sujeitos a fatores externos à intenção do ator, o esforço de se fazer o bem não é empreendido sem satisfação.
 - (B) Uma vez que as linhas divisórias entre bem e mal tenham sido previamente traçadas, a ação em prol do outro terá uma consequência facilmente mensurável.
 - (C) A responsabilidade pelo outro não apresenta limites óbvios, nem se traduz facilmente em medidas práticas a serem adotadas ou das quais se abster.
 - (D) Na medida em que o bem e o mal não são discerníveis em sua essência, as ações dos indivíduos devem se espelhar na conduta de figuras de autoridade.
 - (E) As incertezas estão na raiz dos problemas morais e a única receita infalível para a escolha correta são as regras de bom comportamento aprendidas na infância.
-



7. No que se refere ao sentido, duas expressões intercambiáveis, no texto, são:
- (A) *uma condição do ser-para* (1º parágrafo) e *atuar baseado na responsabilidade* (3º parágrafo).
 - (B) *desafio da responsabilidade pelo outro* (1º parágrafo) e *preocupação relativamente menor* (2º parágrafo).
 - (C) *somos confrontados com o desafio do outro* (1º parágrafo) e *alguma autoridade nos dizer o que é "bem" e "mal"* (2º parágrafo).
 - (D) *regras de bom comportamento* (1º parágrafo) e *nossas opções de vida* (2º parágrafo).
 - (E) *vida alegre e despreocupada* (3º parágrafo) e *situação de ambivalência* (3º parágrafo).
-
8. A alternativa que apresenta um comentário correto acerca da pontuação de um trecho do texto é:
- (A) em ... *muito antes de alguma autoridade nos dizer o que é "bem" e "mal" (e por vezes o que não é uma coisa nem outra)*... (2º parágrafo), os parênteses intercalam uma expressão que precisa o sentido do vocábulo *autoridade*.
 - (B) em *Somos [...] seres morais: somos confrontados com o desafio do outro, o desafio da responsabilidade pelo outro*... (1º parágrafo), os dois-pontos introduzem uma ressalva a uma afirmação de tom categórico.
 - (C) em *Somos, por assim dizer, inevitavelmente – existencialmente –, seres morais*... (1º parágrafo), os travessões são usados para dar ênfase a uma palavra que expressa circunstância de modo.
 - (D) em *Esse fato primordial de nosso ser no mundo, em primeiro lugar, como uma condição de escolha moral*... (3º parágrafo), as vírgulas destacam uma expressão com valor temporal, imprimindo no texto um tom de memória.
 - (E) em ... *uma ideia bastante clara do que envolve "atuar baseado na responsabilidade"*. (3º parágrafo), as aspas demarcam uma expressão empregada com teor irônico e que, portanto, relativiza o que foi exposto anteriormente.
-
9. *Esta poderia ser uma preocupação relativamente menor, estivesse a ambiguidade de escolha limitada à preferência direta por bem ou mal*... (3º parágrafo)

Ao reescrever-se o trecho acima com o verbo *poder* flexionado no futuro do presente do indicativo, a forma verbal "estivesse" deverá ser substituída, conforme a norma-padrão da língua, por

- (A) estar.
- (B) estará.
- (C) estiver.
- (D) está.
- (E) esteja.

Raciocínio Lógico-Matemático

10. Francisco verificou que havia x pastas em um diretório. Ele abriu $\frac{1}{3}$ dessas pastas, deixou as restantes fechadas e foi embora. Geraldo encontra as pastas como Francisco havia deixado, abre $\frac{5}{7}$ das pastas que ainda estavam fechadas e foi embora. Humberto observa a situação das pastas após a intervenção de Geraldo, fecha $\frac{7}{34}$ das pastas que encontrou abertas e abre metade das pastas que encontrou fechadas. Após a intervenção de Humberto, a fração, das x pastas, que ficaram abertas é igual a
- (A) $\frac{31}{42}$
 - (B) $\frac{5}{34}$
 - (C) $\frac{13}{21}$
 - (D) $\frac{15}{34}$
 - (E) $\frac{9}{21}$



11. Em determinada semana o preço do tomate é 80% do preço da batata. Na semana seguinte o preço da batata cai 48% e o preço do tomate sobe 30%. Nessa segunda situação, para que o preço da batata se iguale ao preço do tomate, ele deverá subir
- (A) 80%.
 - (B) 100%.
 - (C) 90%.
 - (D) 75%.
 - (E) 50%.
-
12. Uma afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação: todos os programas foram limpos e nenhum vírus permaneceu, é:
- (A) Se pelo menos um programa não foi limpo, então algum vírus não permaneceu.
 - (B) Existe um programa que não foi limpo ou pelo menos um vírus permaneceu.
 - (C) Nenhum programa foi limpo e todos os vírus permaneceram.
 - (D) Alguns programas foram limpos ou algum vírus não permaneceu.
 - (E) Se algum vírus permaneceu, então nenhum programa foi limpos.
-
13. Um veículo trafegando a uma velocidade média de 75 km/h percorre determinada distância em 4 horas e 20 minutos. Se a sua velocidade média cair para 45 km/h, o tempo necessário para percorrer a mesma distância será acrescido de um valor que é
- (A) menor do que uma hora.
 - (B) maior que uma hora e menor que duas horas.
 - (C) maior que quatro horas.
 - (D) maior que três horas e menor que quatro horas.
 - (E) maior que duas horas e menor que três horas.
-

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. A legislação mais moderna se refere à pessoa que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”, como
- (A) deficiente.
 - (B) pessoa com deficiência.
 - (C) pessoa portadora de deficiência.
 - (D) pessoa portadora de necessidades especiais.
 - (E) excepcional.
-
15. De acordo com a legislação em vigor, qualquer atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação, se amolda ao conceito de
- (A) desenho universal.
 - (B) tecnologia impeditiva.
 - (C) barreira nas comunicações e na informação.
 - (D) ineficiência técnica.
 - (E) acessibilidade.
-
16. Para fins de atendimento prioritário, é considerado idoso
- (A) o homem, a partir de 65 anos, e a mulher, a partir dos 60.
 - (B) tanto o homem como a mulher a partir de 65 anos.
 - (C) tanto o homem como a mulher a partir de 70 anos.
 - (D) o homem, a partir de 70 anos, e a mulher, a partir dos 60.
 - (E) tanto o homem como a mulher a partir de 60 anos.
-



Noções de Informática

17. É um conjunto de programas e técnicas que permite esconder e assegurar a presença de um invasor ou de outro código malicioso em um computador comprometido. Pode ser usado para: remover evidências em arquivos de logs; instalar outros códigos maliciosos, como backdoors, para assegurar o acesso futuro ao computador infectado; esconder atividades e informações, como arquivos, diretórios, processos, chaves de registro, conexões de rede etc.; mapear potenciais vulnerabilidades em outros computadores, por meio de varreduras na rede; capturar informações da rede onde o computador comprometido está localizado, pela interceptação de tráfego; dentre outras possibilidades. No entanto, seu nome não indica que os programas e as técnicas que o compõem são usadas para obter acesso privilegiado a um computador, mas sim para manter o acesso privilegiado.

(Disponível em: <http://cartilha.cert.br/malware/>)

O texto descreve um tipo de ameaça à segurança das informações conhecido como

- (A) *rootkit*.
(B) engenharia social.
(C) *wardriving*.
(D) *worm*.
(E) *bot*.
-
18. Um usuário deseja navegar na internet usando o Internet Explorer 11, em português, de forma a evitar que o navegador armazene dados da sua sessão de navegação, incluindo *cookies*, arquivos de internet temporários, histórico etc. Além disso, as barras de ferramentas e extensões também deverão ficar desabilitadas. Para isso, deve
- (A) excluir o Histórico de Navegação, pressionando as teclas Ctrl + Shift + Del.
(B) habilitar o modo Protegido, através da opção Redefinir as configurações do Internet Explorer.
(C) clicar em Nunca permitir sites da *web* que solicitem sua localização física, usando as Opções de Internet.
(D) acionar o modo Navegação InPrivate, pressionando as teclas Ctrl + Shift + P.
(E) clicar em Enviar caminho de URL como UTF-8, usando as Opções de Internet.

19. A Microsoft traz em uma de suas páginas da internet as funções do Microsoft Excel 2007, em português, mais utilizadas. Dentre estas funções estão as listadas abaixo.

- I. É usada para retornar um valor caso uma condição seja verdadeira e outro valor caso seja falsa.
II. É útil para localizar informações em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Por exemplo, procurar pelo sobrenome de uma funcionária, por seu número de identificação ou encontrar seu telefone pesquisando seu sobrenome (como um catálogo de telefone).
III. É utilizada para selecionar um valor entre 254 valores que se baseie no número de índice. Por exemplo, se de valor1 até valor7 corresponder aos números da semana, a função retorna um dos dias quando um número entre 1 e 7 for usado como *núm_índice*.

Os nomes das funções listadas em I, II e III são, correta e respectivamente,

- (A) COND – PROC – ÍNDICE
(B) CASO – PROCURAR – CORRESP
(C) SE – PROCV – ESCOLHER
(D) SE – PROCURAR – ESCOLHER
(E) CASO – PROC – CORRESP
-
20. Quando uma pasta ou um arquivo é criado, o Windows 7, em português, atribui permissões padrão a esse objeto ou o criador pode atribuir permissões específicas. Ler é a permissão mínima necessária para exibir permissões efetivas. Para um usuário exibir permissões efetivas de arquivos e pastas, ele deve inicialmente

- Clicar com o botão direito do *mouse* no arquivo ou na pasta, clicar em Propriedades e clicar na guia^I .
– Clicar em^{II} .
– Na caixa de diálogo que se abre, clicar na guia Permissões Efetivas e fazer a seleção desejada.

As lacunas I e II são, correta e respectivamente, preenchidas com

- (A) Permissões – Avançadas
(B) Permissões – Permissões Especiais
(C) Geral – Permissões Especiais
(D) Permissões – Auditoria
(E) Segurança – Avançadas

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considere a seguinte situação hipotética: Margarida é Presidente do Supremo Tribunal Federal; Joana é Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Carla é Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Camila é Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Carlos é Membro do Ministério Público da União. De acordo com a Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça é presidido por
- (A) Margarida e nas suas ausências e impedimentos por Joana.
 - (B) Carlos e nas suas ausências e impedimentos por Margarida.
 - (C) Margarida e nas suas ausências e impedimentos por Carlos.
 - (D) Margarida e nas suas ausências e impedimentos por Carla.
 - (E) Carla e nas suas ausências e impedimentos por Camila.
-
22. Considere as seguintes amigas que estudaram juntas na mesma Universidade e seguiram rumos profissionais diversos: Divineia é Procuradora do Ministério Público do Trabalho há 9 anos e possui 45 anos de idade; Doralice é Procuradora do Ministério Público do Trabalho há 25 anos, possui 61 anos de idade; Rita é advogada há 8 anos e possui 41 anos de idade; já Somália é advogada há 12 anos e possui 37 anos de idade. Nestes casos, considerando que todas possuem notável saber jurídico e reputação ilibada, de acordo com a Constituição Federal brasileira,
- (A) nenhuma das amigas poderão fazer parte da composição de Tribunal Regional do Trabalho.
 - (B) apenas Divineia, Doralice e Somália poderão fazer parte da composição de Tribunal Regional do Trabalho.
 - (C) todas as amigas poderão fazer parte da composição de Tribunal Regional do Trabalho.
 - (D) apenas Doralice e Somália poderão fazer parte da composição de Tribunal Regional do Trabalho.
 - (E) apenas Divineia, Doralice e Rita poderão fazer parte da composição de Tribunal Regional do Trabalho.
-
23. Em razão do recente falecimento de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Presidente da República indicou determinado jurista para ocupar o referido cargo. Neste caso, a nomeação de novo Ministro pelo Presidente da República depende da aprovação da referida escolha
- (A) pela maioria relativa do Senado Federal.
 - (B) pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) por 1/3 do Senado Federal.
 - (D) pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (E) pela maioria relativa do Congresso Nacional.

Direito Administrativo

24. Em determinado pregão eletrônico, uma das empresas interessadas em participar do certame pretende impugnar o edital. Nos termos do Decreto nº 5.450/2005, o prazo para apresentar a impugnação é de até
- (A) 2 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
 - (B) 5 dias úteis contados da data fixada para abertura da sessão pública, e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 horas.
 - (C) 10 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
 - (D) 5 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
 - (E) 2 dias úteis contados da data fixada para abertura da sessão pública, e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 72 horas.



25. José, servidor público municipal há quinze anos, liberou o montante de quinhentos mil reais pertencentes à Prefeitura, sem a estrita observância das normas pertinentes, bem como influiu na sua aplicação irregular. Em sua defesa, alegou que não agiu com dolo, e que foi movido por imprudência, isto é, conduta culposa. A propósito dos fatos, é correto afirmar que
- (A) a conduta de José insere-se na modalidade de ato ímprobo causador de prejuízo ao erário, punível apenas a título de dolo.
 - (B) a conduta de José insere-se na modalidade de ato ímprobo atentatório aos princípios da Administração Pública, punível apenas a título de dolo.
 - (C) a conduta de José não caracteriza ato ímprobo, em quaisquer de suas modalidades, sem prejuízo de ser sancionado na via administrativa própria.
 - (D) ainda que preenchidos os requisitos legais para a caracterização do ato ímprobo, o mesmo não ensejará a medida de indisponibilidade de bens.
 - (E) o argumento de José não é suficiente para afastar a caracterização do ato ímprobo em questão, que pode ser punido a título de culpa.
-
26. Em determinada licitação, na modalidade tomada de preços, ultrapassada a fase de habilitação, pretende um dos licitantes desistir da sua proposta. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a desistência da proposta, na fase pretendida,
- (A) não é admitida, em qualquer hipótese.
 - (B) é admitida apenas se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
 - (C) é sempre admitida, bastando que a empresa fundamente seu pedido.
 - (D) só será admitida se os demais licitantes concordarem com a desistência, sendo necessário que a empresa fundamente seu pedido.
 - (E) só será admitida se houver motivo justo, decorrente ou não de fato superveniente, e desde que aceito pela autoridade máxima do órgão licitante.
-

Contabilidade Geral

27. A empresa Pássaro Azul S.A. foi constituída em 1 janeiro de 2017 para comercialização de cereais pela internet. A sociedade é formada por quatro acionistas que se comprometeram a integralizar sua parcela de capital social, da seguinte forma:

Acionista 1	Transferiu imóvel para funcionamento do centro administrativo
Acionista 2	Entregou em dinheiro o total de sua subscrição
Acionista 3	Transferiu imóvel para posterior venda
Acionista 4	Assumiu compromisso de integralizar sua parte em 36 parcelas

Na empresa Pássaro Azul S.A., o

- (A) imóvel do Acionista 1 foi contabilizado como propriedade para investimento e o valor entregue pelo Acionista 2 foi contabilizado no caixa.
 - (B) compromisso de integralização do Acionista 4 foi contabilizado no passivo circulante e o imóvel do Acionista 3 foi contabilizado no imobilizado.
 - (C) imóvel do Acionista 3 foi contabilizado no imobilizado e o imóvel do Acionista 1 foi contabilizado como propriedade para investimento.
 - (D) valor entregue pelo Acionista 2 foi contabilizado no caixa e o compromisso de integralização do Acionista 4 foi contabilizado como passivo não circulante.
 - (E) compromisso assumido pelo Acionista 4 foi contabilizado no patrimônio líquido e o imóvel entregue pelo Acionista 1 foi contabilizado no ativo imobilizado.
-
28. A empresa Eficiência S.A. tem previsto em seu Estatuto dividendos obrigatórios de 25% do lucro. A Empresa apurou R\$ 1.000.000,00 de lucro base de cálculo do dividendo. A empresa está propondo a distribuição de R\$ 300.000,00. Dessa forma, deve a empresa Eficiência S.A. registrar:
- (A) R\$ 300.000,00 como dividendos a pagar no passivo circulante.
 - (B) R\$ 250.000,00 como dividendos a pagar no passivo circulante e R\$ 50.000,00 como dividendos a pagar no passivo exigível a longo prazo.
 - (C) R\$ 300.000,00 como dividendos a distribuir em conta redutora da Reserva de Lucros.
 - (D) R\$ 300.000,00 como dividendos a distribuir em conta de redutora da Reserva de Lucros a Realizar.
 - (E) R\$ 250.000,00 como dividendos a pagar no passivo circulante e R\$ 50.000,00 como conta do patrimônio líquido – dividendo adicional proposto.
-



29. A empresa Diamante Verde S.A. adquiriu em 1 de julho de 2016 uma nova empresa, a Dourados S.A., que possui o direito de exploração de uma mina de ouro. A mina de ouro está em plena atividade. A participação da Diamante Verde S.A. é de 50% na empresa Dourados S.A.. Em 31 de dezembro de 2016, a empresa Diamante Verde possuía os seguintes registros e informações:

Valor do investimento na Dourados S.A.	R\$ 1.200.000,00
Valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura sobre o investimento na Dourados S.A.	R\$ 800.000,00
Fluxo de Caixa Descontado da Dourados S.A.	R\$ 1.900.000,00
Valor das ações da Dourados S.A. na bolsa de valores	R\$ 800,00
Total de ações representativas do capital da Dourados S.A.	2.500

Dessa forma, a empresa deve

- (A) manter o valor do investimento em decorrência do valor de mercado da empresa ser de R\$ 2.000.000,00, igual ao valor do investimento efetuado pela empresa Diamante Verde S.A.
- (B) contabilizar uma perda de valor recuperável, em decorrência do valor em uso do investimento na Dourados S.A. ser R\$ 100.000,00 menor que o investimento.
- (C) registrar uma perda de valor recuperável, em decorrência do valor do investimento ser R\$ 1.000.000,00 menor que o valor justo.
- (D) permanecer com o valor do investimento inalterado, uma vez que não se deve fazer teste de perda de valor recuperável sobre investimento com ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura.
- (E) modificar o valor do investimento somente se houver dividendos distribuídos pela empresa Dourados S.A., confirmando assim o ágio por expectativa de rentabilidade futura.

30. A Cia Alvorada fabrica e vende o produto "x" incorrendo em custos e despesas conforme abaixo.

Itens	Valores
Custos Fixos anuais	R\$ 10.000.000,00
Despesas Fixas anuais	R\$ 2.000.000,00
Custos Variáveis Unitários	R\$ 2.800,00
Despesas Variáveis Unitárias	R\$ 1.200,00

A empresa consegue colocar seu produto, no mercado, a um preço de venda unitário de R\$ 6.500,00. Para que a mesma obtenha um Lucro anual de R\$ 2.000.000,00 é necessário que a empresa

- (A) produza e venda 5.600 unidades do produto "x".
- (B) venda, no mínimo, 4.800 unidades do produto "x".
- (C) aumente sua produção em 200 unidades.
- (D) reduza seus custos fixos em R\$ 1.000.000,00.
- (E) venda 5.000 unidades do produto "x".

31. Conforme mostras a tabela abaixo as Contas de Resultado da Cia Azul nos períodos de 2014/2015 foram:

Cia AZUL		
Saldo de Contas	2014	2015
CMV	88.000	150.000
Despesa de Venda PCLD – Constituição	3.000	6.000
Despesas Administrativas	52.000	100.000
Despesas de Depreciação	15.000	20.000
Despesas Financeiras	18.500	23.000
Ganhos com vendas de imobilizado	0	13.000
Outras Despesas de Vendas	30.000	65.000
Provisão para Imposto de Renda e Contribuições	4.000	8.000
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	3.500	6.000
Vendas	230.000	385.000

Levando em conta os dados fornecidos, na identificação do valor do Resultado Ajustado a ser considerado na elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, pelo Modelo Indireto, relativos aos dois períodos, pode-se afirmar que o valor

- (A) final ajustado apurado, em 2015, é R\$ 36.000.
- (B) apurado, em 2014, é menor que o do exercício de 2015.
- (C) do resultado ajustado, em 2015, é R\$ 45.000.
- (D) do resultado ajustado, em 2014, é R\$ 34.500.
- (E) do resultado ajustado, em 2015, é R\$ 52.000.

**Contabilidade Pública**

32. Pelo regime contábil (patrimonial), o valor da receita
- (A) realizada no período corresponde ao valor da receita orçamentária evidenciada no Balanço Orçamentário.
 - (B) realizada no período corresponde ao valor da receita orçamentária evidenciada no Balanço Financeiro.
 - (C) extraorçamentária, referente a um determinado período, também provoca alteração na Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - (D) orçamentária, evidenciado no Balanço Orçamentário, não difere daquele da Demonstração das Variações Patrimoniais, pois o critério de reconhecimento da receita é o mesmo.
 - (E) orçamentária, de serviços que foram realizados no período, mas que será recebido no período seguinte, é reconhecido no período em que o serviço foi prestado.
-
33. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, são critérios de mensuração do passivo:
- (A) custo histórico e custo de reposição.
 - (B) custo de liberação e preço presumido.
 - (C) preço líquido de venda e custo de cumprimento da obrigação.
 - (D) valor de mercado e valor em uso.
 - (E) custo histórico e custo de substituição.
-
34. Uma transação que gera variação patrimonial aumentativa decorrente de transação sem contraprestação em uma entidade pública governamental é
- (A) o recebimento de taxas antes da ocorrência do seu evento tributável.
 - (B) o recebimento de depósitos caução como garantias contratuais.
 - (C) a contratação de operação de crédito com instituições financeiras.
 - (D) o recebimento em doação de dinheiro sem condições atreladas ao seu uso.
 - (E) a prestação de serviços a valor de mercado para entidades privadas.
-
35. De acordo com a Lei nº 10.180/2001, o Sistema de Administração Financeira Federal visa
- (A) formular o planejamento estratégico nacional.
 - (B) formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
 - (C) o equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas.
 - (D) formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
 - (E) gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.
-
36. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, o Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Para ser considerado um recurso, um item de um Tribunal Regional do Trabalho deve, necessariamente,
- (A) gerar benefícios econômicos diretamente do próprio recurso e não do seu direito de uso.
 - (B) gerar entradas líquidas de caixa.
 - (C) ser de propriedade legal da entidade.
 - (D) ter a possibilidade de trocar o recurso por outro ativo.
 - (E) ter potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos.
-
37. Em 31/10/2016, um Tribunal Regional do Trabalho pagou ao funcionário Antônio o valor de R\$ 400,00 referente a um suprimento de fundos com a finalidade de atender a despesas de pequeno vulto a serem efetuadas pela Diretoria do Fórum onde Antônio atua. Sendo assim, em 31/10/2016, para registrar o pagamento ao suprido, o Tribunal Regional do Trabalho utilizou uma conta
- (A) da classe variações patrimoniais diminutivas.
 - (B) da classe variações patrimoniais aumentativas.
 - (C) do grupo passivo circulante.
 - (D) do grupo fixação da despesa.
 - (E) do subgrupo variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.



38. Em 31/12/2016, uma entidade pública governamental apresentou os seguintes itens patrimoniais:
- I. Prêmios de seguros a apropriar em 2017.
 - II. Créditos inscritos de dívida ativa que serão realizados em 2018.
 - III. Obrigações com fornecedores decorrentes de despesa processada com material de consumo que serão pagas em 2017.
 - IV. Empréstimos e financiamentos a longo prazo.

Em 31/12/2016, os itens I, II, III e IV foram classificados, respectivamente, como ativo

- (A) circulante, ativo não circulante, passivo financeiro e passivo permanente.
- (B) financeiro, ativo financeiro, passivo permanente e passivo não circulante.
- (C) circulante, passivo circulante, passivo circulante e passivo não circulante.
- (D) financeiro, ativo circulante, passivo financeiro e passivo permanente.
- (E) circulante, ativo não circulante, passivo financeiro e passivo financeiro.

39. Em 31/12/2015, um Tribunal Regional do Trabalho apresentava as informações, a seguir, sobre um ativo imobilizado, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2015 e da realização do teste por redução ao valor recuperável em 31/12/2015.

Custo de Aquisição: R\$ 50.000,00.

Depreciação Acumulada: R\$ 16.560,00.

Perda por Redução ao Valor Recuperável: R\$ 3.440,00, valor reconhecido em 31/12/2015.

Após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável em 31/12/2015, as estimativas para a vida útil e o valor residual do ativo imobilizado passaram a ser, respectivamente, 2,5 anos e R\$ 3.600,00.

O Tribunal Regional do Trabalho utiliza o método das quotas constantes para o cálculo da depreciação do período e, em 31/12/2016, o valor recuperável do ativo imobilizado era R\$ 19.000,00. Com base nessas informações, o Tribunal Regional do Trabalho, em 2016, reconheceu variação patrimonial quantitativa diminutiva de, em reais,

- (A) 11.000,00
- (B) 10.560,00
- (C) 12.000,00
- (D) 11.936,00
- (E) 7.400,00

40. Considere as informações referentes ao exercício financeiro de 2016, abaixo, extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública governamental:

	Em reais
Despesas Liquidadas.....	62.520.000,00
Restos a Pagar inscritos em 31/12/2016.....	6.500.000,00
Receita Orçamentária Lançada.....	29.625.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada.....	28.305.000,00
Pagamento de Restos a Pagar.....	2.800.000,00
Transferências Financeiras Recebidas.....	39.000.000,00
Transferências Financeiras Concedidas.....	2.360.000,00
Despesas Empenhadas.....	64.185.000,00

Com base nessas informações, o resultado de execução orçamentária apurado conforme Lei nº 4.320/64 e o resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro referentes ao exercício financeiro de 2016 foram, respectivamente,

- (A) deficitário em R\$ 35.880.000,00 e negativo em R\$ 2.040.000,00
- (B) deficitário em R\$ 32.895.000,00 e negativo em R\$ 375.000,00
- (C) superavitário em R\$ 3.120.000,00 e negativo em R\$ 2.040.000,00
- (D) deficitário em R\$ 35.880.000,00 e positivo em R\$ 4.460.000,00
- (E) superavitário em R\$ 3.120.000,00 e positivo em R\$ 4.460.000,00



41. Considere os fatos relacionados, abaixo, referentes ao exercício financeiro de 2016 de uma entidade pública governamental:

- Liquidação de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 7.860.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 140.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 874.000,00.
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.330.000,00.
- Pagamento de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 7.640.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 130.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 650.000,00.
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.180.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar Processados (referentes a despesas correntes) no valor de R\$ 498.000,00.
- Depreciação do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 340.000,00.
- Amortização do Ativo Intangível no valor de R\$ 110.000,00.
- Restituição de Depósitos Cauções no valor de R\$ 32.000,00.

Informações Adicionais:

- A despesa com Pessoal e Encargos sociais é relativa à manutenção das atividades governamentais.
- Do material de consumo adquirido, foram consumidos R\$ 524.000,00 em 2016 e não havia estoque inicial em 2016.
- Os serviços de terceiros (pessoa jurídica) referem-se à manutenção de equipamentos de informática. Tais gastos não geraram alteração na vida útil econômica dos mesmos.

Com base nessas informações, o valor total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas referentes ao exercício financeiro de 2016 foi, em reais,

- (A) 9.006.000,00
- (B) 8.974.000,00
- (C) 9.324.000,00
- (D) 8.744.000,00
- (E) 11.654.000,00

Noções de Auditoria Governamental

42. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, na forma disciplinada pela Instrução Normativa nº 01/2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, tem como finalidades:

- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- IV. substituir, quando necessário, o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II e IV.



43. Considere que o responsável pelo controle interno de uma sociedade de economia mista cuja maioria do capital social pertença à União tenha identificado a prática de atos potencialmente irregulares por parte da Diretoria Financeira da empresa, passíveis de ensejar prejuízos à companhia e seus acionistas. Diante desse cenário e com base nas disposições do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União – TCU, deverá
- (A) adotar providências imediatas com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (B) comunicar o fato ao Tribunal de Contas da União, que determinará a instauração de processo de prestação de contas extraordinárias.
 - (C) informar ao Tribunal de Contas da União, caso haja indícios de fraude nas demonstrações financeiras apresentadas pela empresa, hipótese em que as contas serão consideradas ilíquidas.
 - (D) solicitar ao Tribunal de Contas da União a instauração de procedimento de fiscalização extraordinário, no prazo máximo de 90 dias da ciência do ocorrido.
 - (E) adotar medidas imediatas de apuração das responsabilidades e do dano, podendo diferir a prestação de contas perante o TCU para até 90 dias da apresentação do relatório de auditoria independente.
-
44. O monitoramento é um dos instrumentos de fiscalização previstos no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e destina-se a
- (A) subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme previsto no Plano Anual de Fiscalização.
 - (B) examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do TCU.
 - (C) avaliar o desempenho de programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.
 - (D) esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade de fatos da administração e de atos administrativos.
 - (E) verificar o cumprimento das deliberações do Tribunal de Contas da União e os resultados delas advindos.
-
45. Suponha que, no bojo de processo de reestruturação de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, jurisdicionados pelo TCU, tenha ocorrido as seguintes situações:
- I. extinção de autarquias.
 - II. desestatização de empresas públicas.
 - III. transferência de órgãos para estrutura de outros ministérios, sem alteração de sua natureza jurídica e mantidas as atribuições anteriores.
- De acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 63/2010, do TCU, o procedimento a ser adotado para os casos em questão consiste
- (A) na constituição de processo de contas extraordinárias para I e II, dispensável este para III.
 - (B) na dispensa de prestação de contas para I e II e homologação das contas de III no âmbito da prestação de contas do Ministério a que se encontrava vinculado o órgão.
 - (C) no arquivamento da prestação de contas de I; instauração de tomada de contas para II e exame das contas de III no âmbito da prestação de contas do Ministério para o qual o órgão foi transferido.
 - (D) na instauração de processo de contas extraordinárias para II; arquivamento da prestação de contas de I e III.
 - (E) na extinção das prestações de contas de I e II e constituição de processo de contas extraordinárias para III.
-
46. De acordo com a conceituação prevista na NBC TA 240, que trata da responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis,
- (A) demonstrações contábeis devem ser consideradas fraudulentas apenas quando decorram de manipulação, falsificação ou alteração de registros contábeis ou documentos comprobatórios que serviram de base à sua elaboração.
 - (B) fatores de risco de fraude, quando detectados e documentados pelo auditor, devem ser relatados como evidência da ocorrência de fraude, ou, no mínimo, de distorção relevante.
 - (C) o dever profissional do auditor de manter a confidencialidade da informação do cliente veda qualquer espécie de comunicação de identificação de fraude a autoridades de supervisão.
 - (D) fatores de risco de fraude são eventos ou condições que indiquem incentivo ou pressão para que a fraude seja perpetrada ou ofereçam oportunidade para que ela ocorra.
 - (E) a aplicação incorreta, intencional, dos princípios contábeis relativos a valores, classificação, forma de apresentação ou divulgação poderá ensejar distorção significativa decorrente de erro, não caracterizando, contudo, fraude.

**Contabilidade Tributária**

47. Em razão da visita hipotética de um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e de um Ministro do Supremo Tribunal Federal ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, as autoridades deste Tribunal decidiram homenageá-los com uma recepção para 50 convidados, sendo que a organização dessa recepção ficou a cargo de uma conceituada empresa de *buffet*, localizada no Município de Campo Grande/MS, que foi escolhida com base nas normas legais que disciplinam a contratação e realização de tais eventos.

No dia da homenagem, compareceram 70 convidados, ou seja, 20 a mais do que os 50 originariamente esperados. A empresa que realizou o *buffet*, por ser experiente no ramo, e tendo antevisto a possibilidade de comparecimento de pessoas a mais, forneceu para o evento, na última hora, três garçons além dos originalmente orçados. Forneceu também alimentação e bebidas, além das inicialmente orçadas. Essa possibilidade de fornecimento de serviços de garçons e de alimentação e bebidas extras estava prevista no contrato assinado entre o Tribunal e a empresa de *buffet*.

Dias depois de realizado o evento, o referido Tribunal recebeu a fatura da empresa de *buffet*, cobrando pelos serviços, pela alimentação e pelas bebidas originariamente contratados, e também pelas despesas extras com serviço de garçons e com fornecimento de alimentação e bebidas.

O funcionário do Tribunal, encarregado de verificar e conferir os cálculos dessa fatura, constatou a correção e exatidão dos valores cobrados, todos eles em conformidade com a legislação de regência e com os termos do contrato assinado. Não obstante isso, para que a referida fatura pudesse ser considerada correta em relação à tributação do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS e/ou do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidentes sobre essa prestação de serviços de *buffet*, seria necessário, com base na Lei Complementar Federal nº 116/2003, que o valor total

- (A) inicialmente contratado (garçons, alimentação e bebida) sofresse unicamente a incidência do ISS, enquanto que o fornecimento de garçons, alimentação e bebidas extras sofreria apenas a incidência do ICMS.
 - (B) da fatura, inclusive os extras, sofressem a incidência apenas do ICMS.
 - (C) inicialmente contratado (garçons, alimentação e bebida), bem como o serviço extra de garçons, sofresse unicamente a incidência do ISS, enquanto que o fornecimento de alimentação e bebidas extras sofreria apenas a incidência do ICMS.
 - (D) da fatura sofresse a incidência do ISS, relativamente aos serviços prestados (inclusive os serviços extras de garçons), e do ICMS, relativamente ao fornecimento de alimentação e bebidas (inclusive o fornecimento extra dessas mercadorias).
 - (E) da fatura, inclusive os extras, sofressem a incidência apenas do ISS.
-
48. O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, órgão da Administração Pública Federal direta, precisando renovar a frota de veículos automotores de sua propriedade, procedeu à análise do custo anual de manutenção desta frota, composta por cinco veículos, todos eles com seis anos de uso. O resultado desse estudo seria o parâmetro para a renovação da frota.

Em razão disso, foram elaborados os devidos estudos dos custos dos diversos itens relacionados com a frota, tais como os de manutenção mecânica, de limpeza, de estacionamento, de consumo de combustíveis e lubrificantes e, inclusive, os de natureza tributária.

No tocante especificamente aos custos anuais de natureza tributária, o mencionado estudo, para ser considerado correto à luz das normas constitucionais, deveria ter concluído que o referido Tribunal

- (A) não incorrerá em despesas tributárias relativamente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pois é vedado aos Estados instituir impostos sobre o patrimônio da União, mas poderá incorrer nessas despesas relativamente às taxas, tais como a taxa de licenciamento de veículos, pois não é vedada constitucionalmente sua instituição.
- (B) não incorrerá em despesas tributárias, pois é vedado aos Estados instituir tributos estaduais sobre o patrimônio, renda ou serviço da União.
- (C) incorrerá em despesas tributárias, pois é vedado aos Estados, mas não à própria União, neste caso, instituir tributos estaduais sobre o seu próprio patrimônio, atendendo ao princípio do tratamento isonômico entre contribuintes.
- (D) não incorrerá em despesas tributárias relativamente às taxas, tais como a taxa de licenciamento de veículos, pois é vedado aos Estados instituir taxas sobre o patrimônio da União, mas incorrerá nessas despesas relativamente ao IPVA, pois não é vedada a instituição de impostos sobre o patrimônio da União, desde que haja previsão legal nesse sentido.
- (E) poderá incorrer em despesas tributárias, pois o IPVA e a taxa de licenciamento de veículos podem ser instituídos, no presente caso, sobre o patrimônio da União, porque são tributos de competência estadual.



49. Wanderley, condutor autônomo de veículo rodoviário de sua propriedade, que exerce essa atividade profissional sem vínculo empregatício, deve contribuir com a Previdência Social, obrigatoriamente, na qualidade de contribuinte individual, segundo o que estabelece o art. 9º, inciso XXVI, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – INRFB nº 971/2009. Semanalmente, Wanderley presta seus serviços profissionais a empresas ou a entes equiparados a empresas.

De acordo com a INRFB nº 971/2009, e relativamente à atividade profissional exercida por Wanderley,

- (A) constitui fato gerador da obrigação previdenciária principal, relativamente à empresa ou ente a ela equiparado, tomador do serviço prestado por Wanderley, o efetivo e integral pagamento da contribuição previdenciária do período.
- (B) considera-se ocorrido o fato gerador da obrigação previdenciária principal, sob o aspecto temporal, e existentes seus efeitos em relação à empresa tomadora do serviço prestado por Wanderley, necessariamente no mês subsequente àquele em que for paga ou creditada a remuneração a Wanderley.
- (C) constitui fato gerador da obrigação previdenciária principal, relativamente a Wanderley, o efetivo e integral pagamento, por ele, da contribuição previdenciária do período.
- (D) a base de cálculo da contribuição social previdenciária é o salário-de-contribuição, sendo que o limite mínimo desse salário-de-contribuição corresponde a dois salários mínimos.
- (E) considera-se ocorrido o fato gerador da obrigação previdenciária principal, sob o aspecto temporal, e existentes seus efeitos em relação a Wanderley, no mês em que lhe for paga ou creditada remuneração, salvo disposição de lei em contrário.

50. O art. 1º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – INRFB nº 1.234/2012 estabelece que “A retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços, obedecerá o disposto nesta Instrução Normativa”.

De acordo com o estabelecido na supracitada INRFB, ficam obrigados a efetuar as retenções, na fonte, do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e da Contribuição para o PIS/PASEP, sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras,

- (A) as sociedades de economia mista, as fundações federais e as empresas públicas, sendo que os órgãos da Administração pública federal direta e as autarquias só estão obrigados a efetuar a retenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep.
- (B) as fundações federais, as empresas públicas, as autarquias e os órgãos da Administração pública federal direta, excluídas as sociedades de economia mista.
- (C) as entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.
- (D) os órgãos da administração pública federal direta, apenas.
- (E) as autarquias, os órgãos da administração pública federal direta e as fundações federais, excluída a obrigatoriedade de as empresas públicas e sociedades de economia mista efetuarem a retenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep.

51. O Capítulo IX da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal nº 101/2000, que trata DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, disciplina, em sua Seção II, matéria atinente à Escrituração e Consolidação das Contas.

Esta Lei Complementar, em seu art. 50, *caput*, estabelece que *Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará a seguinte regra:*

- (A) as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou liquidação de compromissos junto a terceiros deverão ser escrituradas de modo simplificado, sem evidenciar o montante total e a variação da dívida pública no período, e sem necessidade de detalhamentos específicos.
- (B) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- (C) a demonstração das variações patrimoniais, observados os critérios de oportunidade e conveniência, dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da aquisição de ativos.
- (D) as receitas e despesas, excetuadas as previdenciárias, serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
- (E) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência ou de caixa, conforme o histórico da entidade, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

**Administração Financeira e Orçamentária**

52. A discricionariedade de que a Administração pública dispõe para sua atuação a autoriza a
- (A) diferir o cumprimento de requisitos legais para a prática de determinado ato, quando presentes razões de interesse público.
 - (B) praticar ou não determinado ato administrativo, independentemente da sua natureza vinculada.
 - (C) estabelecer os requisitos necessários para a prática de determinado ato que se caracterize como vinculado.
 - (D) escolher, entre as várias soluções válidas perante o direito, a que se afigura mais conveniente e oportuna do ponto de vista do interesse público.
 - (E) definir livremente, em cada caso concreto, os requisitos formais, bem como a conveniência e oportunidade da prática de determinado ato.
-
53. Entre os princípios orçamentários que informam a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, previstas na Constituição Federal e legislação de regência, insere-se o princípio da
- (A) exclusividade, que veda a inclusão de qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e à fixação de despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.
 - (B) não vinculação das receitas, que, entre outros aspectos, proíbe a destinação de produto de taxas a fundos ou outras finalidades.
 - (C) especificação, segundo o qual as receitas e as despesas devem estar consignadas de forma discriminada, sendo vedado dotações globais.
 - (D) anualidade, que veda a inclusão na LOA de autorização para contratação de operações de crédito cujo serviço da dívida exceda o correspondente exercício financeiro.
 - (E) unicidade, que determina a apresentação e aprovação simultâneas, ainda que em leis separadas, do orçamento fiscal, do orçamento monetário e o orçamento das estatais.
-
54. O ciclo orçamentário compreende a elaboração e aprovação do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, sendo que a LDO dispõe, entre outros aspectos, sobre
- (A) fixação de limites para gastos com pessoal e despesas correntes.
 - (B) metas e prioridades da Administração pública federal para períodos superiores a 2 exercícios.
 - (C) operações de crédito e concessão de garantia.
 - (D) alterações na legislação tributária.
 - (E) despesas com a seguridade social e outras de caráter atuarial.
-
55. Considere que determinado ministério integrante da Administração Pública Federal, em razão de programa governamental anunciado pelo novo titular da Pasta, tenha se defrontado com a necessidade de adquirir equipamentos e contratar serviços em montante significativamente superior àquele que estimou, quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício em curso. Nesse sentido, as dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual mostraram-se insuficientes para suportar as despesas de custeio em questão. Diante de tal situação, a providência a ser adotada consiste em
- (A) abertura de crédito adicional suplementar, por decreto, mediante prévia autorização legislativa, podendo ser suportado por anulação parcial ou total de outras dotações orçamentárias.
 - (B) abertura de crédito adicional extraordinário, por decreto, podendo ser suportado por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
 - (C) abertura de crédito adicional especial, independentemente da autorização legislativa, podendo ser suportado por operações de crédito contratadas na forma da lei.
 - (D) remanejamento de recursos, com anulação ou contingenciamento de outras dotações orçamentárias de custeio ou investimento.
 - (E) suplementação de crédito, por decreto, complementando a dotação orçamentária correspondente, sendo desnecessária a abertura de crédito adicional.
-
56. Suponha que autarquia federal encarregada da conservação da malha rodoviária tenha realizado, no final do exercício de 2016, a medição de serviços de recapeamento, realizados por empresa contratada, atestado sua execução e empenhado os recursos orçamentários correspondentes, porém não tenha tido tempo hábil para efetuar o pagamento. De acordo com a disciplina legal aplicável à execução orçamentária e financeira,
- (A) deverá ser efetuado o cancelamento do empenho e destinada, para a liquidação da despesa, dotação orçamentária constante do Orçamento de 2017.
 - (B) o montante empenhado deverá ser inscrito em restos a pagar e pertence ao exercício de 2016, podendo ser pago no exercício subsequente.
 - (C) poderá ser utilizada a reserva para despesas extraordinárias prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano subsequente.
 - (D) as despesas correspondentes deverão estar contempladas em dotações da LOA de 2017 e somente serão liquidadas se for apurado superávit financeiro.
 - (E) deverá ser aberta dotação orçamentária própria no Orçamento de 2017, para pagamento das despesas não liquidadas em 2016, salvo se geradas no último quadrimestre do mandato do Chefe do Executivo.



57. Suponha que a União, passando por forte crise financeira decorrente da queda da arrecadação de impostos e enfrentando dificuldades para fazer frente a despesas com serviços públicos essenciais, tenha tomado empréstimo junto a sociedade de economia mista por ela controlada. De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal), tal conduta
- (A) independe de autorização legislativa, sendo legítima desde que a União respeite o limite de endividamento previsto em resolução do Senado Federal.
 - (B) configura operação de antecipação de receita orçamentária – ARO, devendo ser liquidada no mesmo exercício financeiro.
 - (C) não caracteriza operação de crédito para os fins da LRF, desde que a União ofereça, como garantia, o fluxo de dividendos futuros a que tem direito como acionista da companhia.
 - (D) corresponde à operação de crédito, podendo ser realizada, independentemente do oferecimento de garantia, desde que conte com a necessária autorização legislativa.
 - (E) é expressamente vedada pela LRF, independentemente da existência de limite disponível para contratação de operação de crédito pela União.
-
58. Suponha que a União pretenda celebrar um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, para a construção e operação de hospitais. Referido contrato prevê o pagamento de contraprestação pecuniária pela União ao parceiro privado para os 20 anos subsequentes. De acordo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
- (A) a contratação depende, entre outros requisitos, da apresentação da estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - (B) trata-se de situação equiparada à operação de crédito, sendo necessária prévia autorização legislativa e observância dos limites fixados pelo Senado Federal.
 - (C) as despesas decorrentes da contratação devem constar do Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei Orçamentária Anual.
 - (D) referida ação, se prevista no Plano Plurianual, dispensa a previsão das despesas correspondentes em outras peças orçamentárias.
 - (E) a contratação somente será possível se forem apresentadas as fontes alternativas de receita para suportar a renúncia fiscal correspondente.
-
59. Suponha que, no curso do exercício orçamentário, tenha ocorrido o trânsito em julgado de ação judicial determinando à União a implantação imediata de adicional de insalubridade em folha de pagamento para um grande contingente de servidores. Embora na ocasião da elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA a União já tivesse ciência da existência da demanda e da grande possibilidade de condenação, não era possível determinar em que momento tal condenação poderia ocorrer, bem como o valor exato dos desembolsos correspondentes, razão pela qual não foram previstos na LOA as dotações necessárias para fazer frente a tais despesas. De acordo com o disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tais despesas poderão ser suportadas
- (A) por outras dotações orçamentárias existentes na LOA para despesas com pessoal ou custeio em geral.
 - (B) pela reserva de contingência, se a referida ação judicial estiver mencionada no Anexo de Riscos Fiscais que acompanha a LOA.
 - (C) por créditos adicionais extraordinários, abertos por decreto, tendo como fonte de receita a anulação de outras dotações.
 - (D) pela reserva atuarial prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que não afete as metas de resultado fiscal.
 - (E) por recursos gerados por antecipação de receita orçamentária, independentemente da abertura de dotação específica para despesa.
-
60. As compras e contratações de obras e serviços pela Administração pública necessitam do prévio procedimento licitatório, o qual, por seu turno, precisa estar concatenado com a sistemática constitucional e legal de execução orçamentária e financeira. Nesse sentido, a
- I. instauração de procedimento licitatório necessita da indicação da dotação orçamentária que será onerada com despesas correspondentes, salvo sob o Sistema de Registro de Preços.
 - II. duração dos contratos deve estar atrelada à correspondente dotação orçamentária, admitindo-se a prorrogação, nos termos da lei, para os serviços de caráter continuado.
 - III. celebração de contratação emergencial, efetuada com dispensa de licitação nos termos da lei, prescinde da indicação de dotação orçamentária específica.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) I e III.
 - (C) I e II.
 - (D) II.
 - (E) I.

**DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 11.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos, etc); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

QUESTÃO 1

Em 31/12/2016, o setor jurídico responsável de uma entidade pública governamental apresentou as seguintes informações sobre dois processos trabalhistas em andamento contra tal entidade:

Número do Processo	Valor Reconhecido em 31/12/2015	Probabilidade de Saída de Recursos em 31/12/2016	Valor estimado do processo em 31/12/2016
1	–	Provável	R\$ 250.000,00
2	–	Possível	R\$ 310.000,00

Considerando-se que, no exercício financeiro de 2016, não havia sido realizados registros contábeis referentes a tais processos e que as estimativas dos valores são confiáveis, pede-se que, fundamentadamente:

- Identifique qual processo deve ser reconhecido como passivo no Balanço Patrimonial de 31/12/2016.
- Identifique para qual processo podem ser utilizadas contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público para o registro contábil.
- Determine se, ao tomar os dois processos em conjunto, houve impacto no resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964.
- Determine se, ao tomar os dois processos em conjunto, houve impacto no resultado patrimonial.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



QUESTÃO 1

17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO